

Nova Lei de Imprensa na lista

BRASÍLIA — O Congresso deverá dar também preferência de votação a projetos que estão na sua pauta de prioridades desde o ano passado, definida por num acordo entre as lideranças partidárias que emperrou quando os projetos começaram a tramitar nas comissões. Esta semana, o Senado poderá votar o projeto da nova Lei de Imprensa, de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS), que modifica a atual legislação, criada no regime militar e em vigor desde 1967. O projeto elimina a pena de prisão para os jornalistas que cometerem crime de difamação, calúnia e injúria, propondo em seu lugar a cobrança de indenização.

Na Câmara, aguardam votação o projeto que regulamenta a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a nova Lei Orgânica dos Partidos e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Defendido pelo ex-governador Orestes Quêrcia (PMDB) e combatido pelos pequenos partidos, o projeto da Lei Orgânica dos Partidos Políticos restringe o acesso à propaganda

gratuita no rádio e na televisão e torna mais difícil para os pequenos partidos a obtenção de registro definitivo.

O projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação se arrasta por dois anos no Congresso e propõem formas de democratização na gestão das escolas. O projeto é defendido pelos partidos de esquerda e conseguiu atrair a oposição dos estabelecimentos particulares e do governo, que considera o projeto corporativista, utópico e detalhista demais.

Depois de ter sido rejeitada pelo Senado no ano passado, a antecipação do plebiscito sobre o parlamentarismo vai concentrar seus debates na Câmara. Já está pronto o substitutivo do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da comissão especial constituída para examinar o assunto, que propõe a antecipação do plebiscito para abril de 1993, com apoio do Palácio do Planalto, onde está assentado, desde janeiro, um "parlamentarista roxo" — o futuro ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen. (G.E.)